

Notas metodológicas de um curso de Geografia Política

DOI: 10.54446/bcg.v14i1.3554

Márcio Cataia¹

Resumo

As notas metodológicas são apresentadas na forma de um conjunto de temas de um curso de Geografia Política destinado à graduação em geografia. Atravessando o texto, encontra-se o eixo organizador da disciplina, referido aos conflitos e às guerras. Os nexos teóricos entre espaço e política ocupam papel de destaque, e, para serem desenvolvidos, o curso está organizado em dez eixos reflexivos, que articulam conceitos, análises e narrativas. Incorporados de outros campos do conhecimento, falam a língua de várias ciências. Em âmbito metodológico, o desafio posto ao curso de geografia política é captar velhas formas estadocêntricas que permanecem, ao passo que novas arquiteturas de poder começam a despontar em um campo de forças em permanente disputa.

PALAVRAS-CHAVE: geografia política, geopolítica, espaço, poder.

1 Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: cataia@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3528-7243>.

Introdução

Ministro a disciplina de Geografia Política semestralmente, há 20 anos, no curso de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Nesta trajetória, a reelaboração do programa esteve presente, visto que procurei adequá-lo teórica e analiticamente às novas dinâmicas da ordem mundial, mas mantendo uma linha coerente segundo a epistemologia da disciplina.

A aceleração contemporânea torna clara a necessidade de atualizar análises sobre antigos conflitos que são presentificados e cristalizados tanto em velhas hierarquias políticas, que querem manter seu status, quanto em novas formas de enfrentamento a elas, que se contrapõem às obsoletas hierarquias. Juntam-se a esse complexo quadro novos agentes e novas situações geográficas que desequilibram a balança do poder global.

Rupturas e permanências, sob essas condições históricas, demandam pesquisas e atenção aos conceitos, temas e termos de análise e bibliografias que podem apresentar novos prismas reflexivos. A clássica distinção entre política e guerra, que marcou a fundação das escolas geopolíticas desde o final do século XIX, é hoje uma zona cinzenta, na qual os dois termos se confundem, amparando-se mutuamente.

Exponho estas notas metodológicas por meio da elaboração de um programa que objetiva apresentar à graduação um mundo geopolítico dinâmico, volátil, de difícil estabilização, em permanente transformação e sob a égide da competição. Nesse cenário, os nexos teóricos entre espaço e política ocupam papel de destaque, *comme il faut*. Suas bases são o tempo do mundo, acelerado pelos avanços técnicos, científicos e informacionais, e eventos que tomam dimensão planetária, entre os quais a guerra possui maior relevo.

A tradição geopolítica – tratada no curso –, interpreta a guerra como um evento (com começo, meio e fim) que perturba um processo histórico normal da paz – dinamizado pela diplomacia entre as nações. Esse acontecimento é, sobretudo, militar, com uso de forças terrestres, navais e aéreas, em enfrentamentos entre Estados territoriais. Assim, a lógica temporal é clara: em um continuum de paz, há rupturas até que um novo equilíbrio dinâmico seja imposto e a paz volte a reinar em nome da ordem, da liberdade e da justiça, em um modelo interpretativo no qual a guerra começa e termina com o Estado territorial.

O período de paz consistiria no tempo da política, e a ruptura, na crise – a guerra. Logo, a guerra seria a continuidade da política por outros meios. Contudo, desde o início deste século, o conceito de *guerra híbrida* (Hoffman, 2007) foi forjado para responder às novas dinâmicas de *militarização social* (Graham, 2016). Nesse sentido, implica não apenas o enfrentamento entre forças militares estatais, mas o envolvimento das forças militares com agentes não estatais, como o terrorismo, tornando difícil a distinção entre civis e militares.

Autores como Leiner (2020) e Dardot *et al.* (2021) concordam em afirmar que a sociedade vive um estado de guerra permanente. A guerra híbrida não pode ser ignorada, uma vez que faz uso do direito, da política, da economia e das redes de telecomunicações e sociais. Isso coloca, pois, a guerra no centro da vida social em tempos de “paz”, apelando para as dissonâncias cognitivas. De fato, direito, política, economia e redes não são apenas instrumentos da guerra, mas campos onde são travadas as batalhas, nos quais a guerra está estruturalmente constituída nas relações de poder.

Um desdobramento da guerra híbrida, a *lawfare* (termo atribuído ao coronel Dunlap Jr., 2001)², ou a “guerra do direito”, difundida no Brasil, é definida como método estratégico de uso do direito como um instrumento militar. O intuito é neutralizar ou destruir os inimigos da ordem, não no campo militar, mas no campo da legalidade. Por isso, a dificuldade em afirmar a separação entre guerra e política. Ela sistematiza, portanto, uma nova geometria do poder contra qualquer soberania popular.

Sob essa ótica, interessa desvendar e decifrar (o mundo está cheio de cifras políticas) a anatomia, a natureza ativa do espaço geográfico a condicionar a política (Santos, 1996), já que os “nexos entre espaço e política” (Costa, 1992; Castro, 2005) estão no centro da geografia política. Ademais, é fundamental explicitar o valor ativo do espaço que se impõe à política. Isso significa que o espaço, e suas esferas, não se reduz a um reflexo das ações políticas, um objeto inerte a ser manipulado ou dominado (a dominação da natureza, primeira e segunda) e de onde os recursos (elementos de disputas, de guerras) são extraídos.

O espaço conta, porque o poder é espaçoso, e tudo o que a sociedade faz, realiza e produz retorna (em revanche) como condicionante. Trata-se menos de uma combinação de fatores geográficos, que determinam a condição de um Estado, sublinhando o impacto da geografia sobre a política – uma conhecida definição de geopolítica –, e mais da tecnificação do território. Este, racionalizado, impõe-se sobre seus usos e psicoesferas criadas para fornecer sentido e regras ao exercício do poder.

Tal concepção de método desdobra-se em outras entradas para a reflexão a respeito da racionalidade como um fenômeno estruturador do poder. É nesse sentido que interessa explicitar a guerra como um “evento” que veio para ficar. Ela não é declarada nem espera por acordos ou tratados de paz para o seu fim, derrotada em nome da liberdade, em uma festa cuja data pode ser comemorada. Ela é atualizada sob o signo informacional, passa a ter presença constante e é preparada, do ponto de vista psicológico, para não ser sentida, interpretada.

2 Dunlap (2001) explica que o termo *lawfare* deve ter surgido pela primeira vez em um manuscrito de John Carlson e Neville Yeomans, intitulado *Whither Goeth the Law – Humanity or Barbarity, em The Way Out – Radical Alternatives in Australia*, publicado em 1975. Os autores afirmam que o *lawfare* substitui a guerra e que a batalha é menos com espadas que com palavras, e isso capta o núcleo duro da *lawfare* tal como é usada por Dunlap.

Em outras palavras, conforme sinalizado na linguagem militar, trata-se de administrar a cognição, as percepções. A geopolítica não foi apenas acionada nos momentos de guerra, ela esteve presente na história dos Estados territoriais. Dessa forma, o evocativo provérbio *si vis pacem, para bellum* – “se quer a paz, prepare-se para a guerra” – nunca foi esquecido. Ela é a razão estratégica do Estado em face da concorrência, da competição em um espaço político.

O desenvolvimento da disciplina não parte de genealogias conceituais, em uma historiografia da geopolítica. Almeja mostrar arestas de um enfoque prático-reflexivo, o qual privilegia o saber, o conhecimento que a geografia política possui acerca do caráter estratégico do espaço e o uso estratégico que o Estado faz do espaço racionalizado. Assim, trata-se de abordar, por meio da geografia política – ramo da geografia humana –, a geopolítica, a razão do Estado. Por isso, o início do curso apresenta a discussão sobre os dois campos do conhecimento.

No percurso semestral, não faço uma história dos conflitos territoriais, das guerras por recursos ou controle de fluxos populacionais. Entretanto, reflito sobre o espaço, um instrumento político, porque “a política dos Estados está em sua geografia” (Gottmann, 1952)³ e porque, de fato, existe uma “dimensão espacial do poder” (Ratzel, 1897).

Na abordagem metodológica, o curso está organizado em doze eixos reflexivos, que articulam conceitos, análises e narrativas. Tal como Serres (2011) ensina, os detalhes da narrativa muitas vezes esclarecem mais e melhor do que a mediação do conceito. Por isso, aos conceitos e às análises juntam-se as narrativas. Todos eles são atravessados por uma linha de coerência: as rivalidades e a competição insistente que pode chegar à guerra.

A imagem esquemática da disciplina é a de uma rosa dos ventos: no centro, a geopolítica e a geografia política; no Norte, o poder; no Sul, o território; no Leste, a soberania do Estado; no Oeste, as fronteiras. Orbitando esse universo, encontram-se temáticas conexas que exigem sua presença analítica para explicar a geopolítica, quais sejam:

- i a guerra (que transita em todos os pontos cardeais);
- ii a energia, sem a qual nenhuma força armada começa uma guerra e por ela muitas guerras são travadas;
- iii a informação, a qual Santos (1996) chamou de “energia do período”, relativa às novas formas de guerra, sobretudo à “guerra algorítmica”;
- iv a propaganda, a qual sempre foi uma arma da guerra psicológica, tanto para acusar os oponentes quanto para “construir uma imagem do mundo”, que Ratzel (1897) dizia ser uma das definições da geografia política;

3 Nesta obra, Jean Gottmann atribui esta frase a Napoleão Bonaparte.

- v o neoliberalismo, interpretado como um projeto de dominação socioespacial, principalmente, mas não exclusivamente, pelas estreitas ligações que as grandes empresas de informação, que controlam redes sociais, cabos e satélites possuem com a guerra algorítmica ou digital; e
- vi a erosão do poder, que reflete as insurgências contra o status.

Posto isso, a disciplina começa refletindo sobre o poder e finalizará o semestre abordando como as insurgências pretendem erodir poderes estabelecidos.

Cada um desses eixos serve como introdução para o desenvolvimento das aulas. Cada tema corresponde a uma aula, que tem sua bibliografia (não totalmente escrutinada nesses temas) e seu esquema, e cada um deles remete aos outros, formando a unidade da disciplina.

No tema “erosão do poder”, a bibliografia é extensa, porque se trata de um campo de pesquisa recente na geopolítica e na geografia política. Convém salientar que tais prismas reflexivos não esgotam a abundância de temas atravessados pela política em geografia – tanto a geopolítica quanto a geografia política – que são objeto de investigação da pluralidade de abordagens da geografia política e não estão presentes neste estudo. O tempo do mundo se impõe, e tudo o que ainda mereceria constar neste rol, sempre incompleto, não cabe em um semestre letivo, porém são objeto de minhas atenções, leituras e análises.

Eixos reflexivos

Geopolítica é um termo cunhado no final do século XIX por Johan Rudolf Kjellén (in Björk, 2021). Em sua definição usual, lida com conflitos ou rivalidades territoriais, segundo orientações estratégicas da soberania do Estado, que entende ser a instituição de escalão superior e única fonte do poder instrumento unitário e indivisível dentro de fronteiras delimitadas. O poder do Estado foi concebido como um sistema unitário, organizado em torno de um centro que é, ao mesmo tempo, fonte dotada de dinâmicas internas em permanente expansão.

A geopolítica é a razão estratégica do Estado na versão das forças armadas, em uma concepção militar do mundo. Uma vez que configura uma pragmática do poder do Estado, contrapõe-se à soberania popular e rivaliza com a civilidade do poder. Conforme Becker (1988), ela é uma prática estratégica. Ela é um pensamento militar sobre a disposição do poder e da ordem no mundo e age na defesa do Estado.

Sendo assim, a defesa (existem Ministérios de Defesa) remete à capacidade do Estado em se fortalecer, em aumentar sua força (existem as forças armadas) *vis-à-vis* a outros Estados. O objetivo é defender seu território (uno e indivisível, cláusula pétrea da Constituição) e fazer crescer o espaço de atuação do Estado (aumentando as milhas marítimas do território, por exemplo). Inclusive, há geopolíticos (intelectuais da política do Estado) que usam o termo “projeção” do poder do Estado sobre o espaço.

Ratzel (1897) conhecia os teóricos e diplomatas práticos dos Tratados de Vestfália e, por ser alemão, tinha clareza, no final do século XIX, das rivalidades entre os principados alemães (um mosaico de pequenos reinos) que dificultaram a unificação e a fundação do Estado territorial alemão. De acordo com o estudioso, um Estado nasce, cresce, expande-se e pode fenecer, como aconteceu com o Império Romano, o qual, manifestadamente, nunca foi um Estado territorial. A geopolítica atua de modo estratégico para que o Estado cresça econômica e politicamente, defendendo seus espaços vitais. Nesse caso, logística e geoestratégia são termos fundamentais.

Nessa perspectiva, a geopolítica é conservadora do Estado, do status. Tendo em vista dar um novo significado à geopolítica, nas duas últimas décadas do século XX, emergiram estudos rotulados de *geopolítica crítica* (Ó Tuathail, 1986; Dalby, 1990; Agnew, 2013; Sharp, 2020). Em aparência, consiste em um oxímoro, de inspiração anglo-americana, que passou a criticar a razão de Estado, cuja estrutura analítica esteve ancorada nos poderes econômico e militar. Dessa forma, tais pesquisas imprimiram um novo uso ao conceito de geopolítica, dado que ele foi associado ao nazismo e ao emprego do conceito de espaço vital (*lebensraum*), usado com caráter ideológico para justificar a expansão territorial alemã durante a Segunda Guerra Mundial.

Desde então, tratou-se de uma busca, por parte da geografia crítica, de se afastar da geopolítica convencional, a qual esteve aliada ao poder repressivo do Estado, caracterizando uma geopolítica estadocentrista. Nessa perspectiva crítica, Dalby (1990) definiu a geopolítica como um processo ideológico de construção de fronteiras físicas, culturais e políticas para demarcar espaços (*demarcate the domestic space*) que objetiva excluir a alteridade do Outro, ao passo que disciplina a esfera política interna.

Na concepção de Sharp (2020), ao contrário da geopolítica convencional, para a geopolítica crítica, a geografia não é uma coleção de “fatores” externos ao mundo político à espera de descrição. Consiste em um discurso, criado por indivíduos e instituições importantes e, depois, imposto ao mundo, em um processo de utilização da geografia como ciência a serviço da pragmática do poder.

Por outro lado, Raffestin (1993, 1ª ed. 1983), sem as referências anglófonas, amparado em premissas mais geográficas e menos nas relações internacionais e influenciado por Foucault (tal como a geopolítica crítica norte-americana), critica Ratzel e seus herdeiros por restringirem o poder ao Estado, desprezando outras institucionalidades. Essa crítica abriu uma nova perspectiva para os estudos em geopolítica e geografia política.

Já a **geografia política** reflete sobre o poder, concebido como uma técnica de controle socioespacial, sobre um domínio de relações estratégicas que envolvem indivíduos, grupos e, sobretudo, espaços. Trata-se do estudo de como governar racionalmente – não se confundindo com o governar com os Governos

institucionalizados –, no sentido de conduzir, modelar, guiar ou influenciar a conduta das pessoas democraticamente, sem impor ordens. Refere-se à maneira como os indivíduos se conduzem enquanto são guiados por um sentimento de autorregulação, da soberania do indivíduo. O objetivo de tal condução das pessoas é a conformação ou a adesão ao status do poder.

Quando o instrumento político de conduta das pessoas encontra o seu limite, a guerra ou a violência surgem no horizonte. Além da condução das pessoas, a geografia política interessa-se pelos usos do território que são praticados para o exercício do poder e da defesa dos espaços vitais de um território nacional. Que é a política da geografia política? São pessoas que se unem para pensar, analisar, raciocinar, calcular e conceber (racionalizar) o que um Governo deve fazer com seu espaço, a melhor forma de racionalidade para se apoiar.

A política é um “domínio” integrado às instituições do Estado e às suas práticas, dentro do sistema de soberania e de governo. Nesse caso, uma política na defesa do Estado. Do mesmo modo, a geografia política é estatística, no sentido etimológico do termo “estatística”, que significa o conhecimento científico de um território nacional. Por isso, a importância das instituições de geografia e estatística e recenseamento, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A etimologia da palavra “estatística”, do latim *status* (estado), foi usada no início para designar a coleta e a apresentação de dados quantitativos de interesse (e segredo) do Estado. Contar, ordenar matematicamente, segundo procedimentos contábeis, para uma gestão eficaz dos negócios governamentais, foi um processo fundamental de racionalização do Estado. Nesse esteio, Ratzel (1897) dizia que a geografia política é uma forma de “balanço” do que um país possui para avaliar seu crescimento, sua força e seu futuro.

A emergência do meio técnico-científico e informacional (Santos, 1996), a partir de 1970, colocou as urgências globais – que decorrem das unicidades técnicas – no centro das políticas nacionais e locais. Assim, com as novas tecnologias, os cálculos, os balanços, os inventários, os tratamentos de dados e as integrações para sínteses permitem, pela primeira vez na história, uma cognoscibilidade do planeta, a qual reposiciona epistemologicamente a geografia política.

No final do século XIX e começo do século XX, época de Ratzel, a geografia pensava o espaço mundial como uma coleção de lugares, regiões e territórios nacionais – o todo como um conjunto das partes, e o mundo como o espaço da disputa individual de cada Estado. As enciclopédias apresentavam totalidades abstratas de um universal formal. Contudo, hoje há acessos universais concretos, isto é, a ordem mundial impõe-se sobre os territórios nacionais. O futuro das nações está, pois, ligado ao destino do planeta.

Portanto, entendo que a geopolítica não se confunde com a geografia política, ainda que tenham, *grasso modo*, o fenômeno do poder no centro analítico. Isso porque cada uma delas possui seu próprio campo prático e intelectual. Nesse cenário, vale destacar que a noção de *campo* refere-se a um universo que comporta

agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem o conhecimento. “Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas” (Bourdieu, 2004, p. 20).

Entre a geografia política e a geopolítica há uma distinção entre a reflexão acadêmica na universidade – instituição da civilidade que conta com relativa autonomia em relação à razão de Estado – e a caserna – espaço de construção do pensamento militar para a manutenção e a expansão do Estado. Embora a geopolítica seja objeto da reflexão acadêmica, os agentes e as instituições da geopolítica fazem dela um outro campo estruturado de relações objetivas. Então, dentro das instituições universitárias, as relações de força – um campo é um campo de força – e de prestígio entre os agentes permitiram a proposição de uma área de pesquisa intitulada *Geopolítica crítica*. Nela, inclui-se uma “geopolítica feminista” (Sharp, 2020), improvável em instituições militares, mesmo acadêmicas, refratárias às transformações do *status quo*.

Portanto, o **poder** está no centro das relações sociais, por isso encontrá-las, suas tramas horizontais e verticais, é encontrar as relações de poder, que são desiguais, assimétricas e hierárquicas. Segundo Foucault (2008), o poder é uma matriz geral das relações de forças, localizada em um dado tempo e em um dado espaço. Assim, o poder só pode ser definido em termos de relações, de uma rede de relações desiguais e combinadas.

Weber (2004), por sua vez, acrescenta que o poder significa a probabilidade de impor uma vontade em uma relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Dessa maneira, independe da aceitação das pessoas, visto que é um exercício da vontade e, por conseguinte, do sujeito que age – um indivíduo ou uma instituição. O poder estaria, pois, localizado nos sujeitos da ação.

Para Raffestin (1993), influenciado por Foucault, o poder está na relação, na trama, na rede. Posto isso, em geopolítica, a análise do poder de um Estado exige o entendimento da rede de relações internacionais da qual ele faz parte e, por isso, os Estados alinham-se em blocos de poder. A hierarquia da ordem mundial ou global, com as hegemonias dos Estados dominantes, sobrepõe-se, então, aos territórios nacionais do Sul, da periferia.

O ponto de vista do poder é uma maneira de identificar relações inteligíveis entre elementos exteriores uns aos outros. Em suma, o ponto de vista do poder permite encontrar nexos entre campos que poderiam parecer sem intercâmbio. Sem esse procedimento, voltar-se-ia às velhas concepções da ideologia, segundo a qual instituições sociais, como a Igreja, por exemplo, seriam uma tradução das aspirações de grupos e classes sociais, retornando, assim, às dicotomias. Esse ponto de vista, sem dúvida, coloca em questão o conceito de geopolítica, tal como defende Dalby (1990).

A abordagem das estruturas do poder permite a análise não como reflexo, mas como táticas que objetivam reposicionar as instituições no concerto geral da concorrência, em direção ao topo da pirâmide. Em termos prosaicos, da luta pelo poder. Em seu sentido comum, a estratégia designa a escolha de meios empregados para chegar a um fim. É um cálculo que busca reordenar (compor novas ordens, leis, normas), reorganizar (compor uma nova distribuição espacial) e redimensionar (a graduação das forças) os contendores no espaço da disputa, visando à melhor posição nela (Paret, 2001).

Não se trata de um complô acordado no mundo da concorrência acirrada entre Estados territoriais, mas de uma “lógica das práticas” que conduz de forma permanente a uma revisão das estratégias (Dardot; Laval, 2016). Cada estratégia de poder, elaborada pelos Estados maiores das forças armadas e pelas diplomacias, desenrola-se dentro da lógica competitiva. Esta, por sua vez, não fora criada ou pensada por um grande maestro, em um espaço global no qual o território é o lugar de exercício do poder. É o lugar de onde “fala” cada um dos agentes internacionais.

Já o **território** é um conceito não exclusivo, mas interno à geografia. Do ponto de vista etimológico, foi elaborado a partir de duas palavras latinas, *terra* e *torium*, a fim de designar o lugar onde se colocam os pés, que tem o significado de chão da pátria. Desde que o Estado territorial realizou a dominação por meio da condução das pessoas e ela fora internalizada, no século XVII, o território passou a ser denominado pelo Estado como o lugar do exercício de seu poder, circundado por fronteiras e no interior das quais vigora um conjunto jurídico-político inquestionável. Sob esse aspecto, o território é uma jurisdição, um conjunto de leis, regras e costumes ou o que se chamaria de instituição ou conjunto de instituições.

Desde o Império Romano, o Direito define o território com base em três formas jurídicas: do uso, do abuso e do usufruto. Essa formalidade distingue o território para dentro e o território para fora. Em âmbito interno, o território é o lugar das relações de poder entre o Estado (o soberano) e o povo (que deveria ser soberano). Nesse sentido, Trotsky (in Weber, 1981) definiu o Estado como a instituição que possui o monopólio da violência. Nas hierarquias do poder, a violência é o meio.

Sob a ótica externa, o mundo é o lugar das relações internacionais, entre as diversas soberanias estatais, confrontadas com os diferentes poderes hegemônicos. É o espaço político da institucionalidade da diplomacia e das forças armadas. Em uma perspectiva teórico-metodológica da geografia, o território é uma das concreções do espaço geográfico, ao lado da paisagem, do lugar e da região. A interpretação dicotômica é a mais usual, opondo o território à sociedade.

A fim de afastar essa dicotomia, Santos (1996) propôs que, para ter validade social, não é o território em si que interessa, mas o território utilizado, porquanto seu uso é social (Santos, 1994; Moraes, 2013). Em contrapartida, Ribeiro (2005) propõe a existência de outros territórios, para além do território do Estado – que continua a ter

validade. Desse modo, interpreta o território usado como o lugar da práxis, por isso sugere o território usado e praticado.

Assim, o território usado não é um lugar para o controle do Estado, para seu exercício de poder. Tal entendimento aproxima-se da geopolítica crítica, que compreende a geopolítica como um lugar para a crítica do colonialismo político e epistemológico praticado pelos Estados do centro do sistema.

No entanto, todo **Estado**, fraco ou forte, é uma instituição da **soberania** que, por sua vez, é um exercício de poder lastreado. Na história, o primeiro lastro foi a Igreja, a conduzir as almas à salvação. Com o nascimento do Estado territorial, tudo muda: a razão de Estado (*ratio status*) passou a se referir à dominação e ao conhecimento que o Estado deve ter para usar meios adequados para fundar, conservar e ampliar essa dominação.

O nascimento do Estado territorial, com os Tratados de Vestfália, é datado de 1647-48, quando, concomitantemente, surge uma nova “episteme” ou Reforma Intelectual, com o heliocentrismo e a lei da gravidade. A razão de Estado não pôde se furtar ao conhecimento científico e começa a se separar da “natureza”, porque nesta há leis imutáveis. Na “arte de governar”, porém, não existem tais leis preestabelecidas, mas normas de conduta a serem observadas segundo o campo das práticas de poder.

As normas de conduta, as *governamentalidades* (junção das palavras governo + racionalidade), andam *pari passu* com a violência, a opressão e a guerra. “O Estado é a ideia reguladora da razão governamental” (Foucault, 2008, p. 384); é a ideia reguladora de uma forma de pensar, de raciocinar, de calcular, de intervir, que é a política. O Estado é o objetivo da política, é a inteligibilidade das ideias de regulação da condução das pessoas. O Estado é o que comanda a razão governamental, é o que faz que se possa governar racionalmente, segundo as necessidades, e não segundo as leis.

Com os Tratados de Vestfália, uma nova ordem se estabelece. Os Estados são colocados lado a lado em um espaço de concorrência comercial, de dominação comercial, de circulação monetária dos intercâmbios, de conquista colonial e de controle marítimo dos fluxos. Este último promove concorrências econômicas e políticas.

O mundo passou a ser, então, um espaço concorrencial entre Estados territoriais. Rivalidades e enfrentamentos sempre existiram, contudo depois do nascimento dos Estados territoriais, os conflitos foram pensados e calculados em termos de uma razão concorrencial – da rivalidade dos Príncipes à concorrência dos Estados. Sendo assim, da rivalidade à concorrência, do nascimento do Estado territorial à globalização, perpassaram-se duas razões distintas: uma política e outra econômica, para uma *nova razão do mundo* (Dardot, Laval, 2016), na qual a racionalidade das empresas é hibridizada com as ações dos governos.

Deve-se, pois, encarar soberania interna e externa como duas faces de uma única realidade. A externa é definida pela independência de um Estado nas suas relações internacionais. A interna, por outro lado, exclui qualquer forma de subordinação a um grupo ou a uma instituição dentro das fronteiras nacionais (Badie, 1999; Dardot; Laval, 2020). O mundo da globalização econômica, com instituições internacionais muitas vezes mais poderosas que Estados, colocam em causa a soberania internacional e tornam as fronteiras fluidas e porosas.

Desde os Tratados de Vestfália, a demarcação das **fronteiras** nacionais tornou-se uma obsessão para definir as duas soberanias: a interna, objeto da relação entre o soberano e os súditos, e a externa, objeto das relações internacionais. A fronteira política do Estado é um envelope que define o espaço do exercício do poder dessa entidade em uma dada jurisdição, dentro da qual vigoram dois regimes jurídicos, um político e outro policial (Foucher, 1988; Cataia, 2000), e os dois têm a função do controle social.

O primeiro objetiva a condução social por meios pacíficos, ainda que certos regimes jurídicos sejam violentos contra determinados povos, raças e gêneros. O segundo pode ser visto pela metáfora do "guarda noturno", que vigia, porém de prontidão para agir de maneira violenta quando os meios pacíficos fracassam. Esse é o momento de agir contra os "inimigos" do Estado, da ordem.

As fronteiras estatais são medíveis, e sua linearidade marca o mapa-múndi político. Ademais, essas são as fronteiras tradicionais dos estudos geográficos. Em ambos os lados das fronteiras internacionais vigoram zonas de fronteira de difícil mapeamento, cuja vocação é a troca, a sinergia, entre economias e culturas. Por isso, as fronteiras não se reduzem à sua dimensão estatal, reafirmada pela construção de muros por toda parte. Os muros são, assim, uma tecnologia política.

Existem outras fronteiras que não estão contidas na métrica do Estado, porque a ideia de dimensão remete às circunstâncias, e o Estado não encerra toda a dimensão socioespacial. A fronteira faz parte de um sistema de limites, logo as fronteiras nacionais não são as únicas. Como afirmam Mezzadra e Neilson (2016), as fronteiras não são margens ou bordas territoriais, mas instituições sociais complexas, marcadas por tensões entre práticas que as reforçam e as atravessam.

Por um lado, as fronteiras continuam tendo a função de controle, administração e calibração de fluxos; por outro, sua porosidade é patente ante os processos de financeirização e a combinação de regimes heterogêneos de trabalho e acumulação. Para Brown (2023), quanto mais as fronteiras perdem sua função de controle da soberania estatal, mais os Estados erguem muros encenando um poder, que já não têm mais, sobre os fluxos. Contudo, permanece a função geopolítica da fronteira na forma espetacular do muro: delimitar o dentro e o fora, o doméstico e os "inimigos" externos, culpabilizados por abalarem a ordem interna.

Mbembe (2018) encerra ao afirmar que a brutalidade das fronteiras é doravante um dado fundamental da contemporaneidade. Paradoxalmente, o mapa-múndi político europeu demonstra a mutabilidade das fronteiras, em decorrência dos conflitos e das guerras.

As **guerras** mudaram de forma desde sua clássica definição, como um afrontamento militar entre diferentes forças armadas, com o objetivo de obrigar o oponente, na figura de um Estado, a obedecer a ordens, mesmo contra sua vontade. A guerra interestatal é ato de soberania e instrumento de equilíbrio entre Estados, entretanto a minoria das guerras hoje é interestatal (Kaldor, 2012; Visacro, 2018; Alliez; Lazzarato, 2021).

De acordo com Badie (2016), a guerra foi ordenadora do sistema de governança internacional, simbolizado pela Organização das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, que nunca conseguiu diminuir a violência no mundo, ainda que tenha imposto um sistema hierárquico de ordens. Disso decorre a consideração de que a potência é um recurso essencial para um Estado sobreviver no sistema internacional.

Guerra e paz são dois lados de uma balança em busca de equilíbrio, precário e frágil, entre os Estados em um dado espaço. Tal constância é um sistema de segurança que tem a função de contrabalançar a força e o poder dos diferentes Estados, sem colocar o sistema em risco. Pelo contrário, buscando a estabilidade. Contudo, a balança possui dois lados. Por conseguinte, os Estados preparam-se permanentemente para os conflitos, segundo duas ordens de segurança territorial – interna e externa – e em dois planos – infraestrutural (clássico: modernizar o aparato militar) e informacional (da cibersegurança).

O primeiro plano objetiva proteger as infraestruturas nacionais e, em caso de conflito, atacar as alheias – daí a existência de regiões, lugares, espaços vitais nos territórios nacionais. Já o segundo remete à vigilância e aos permanentes ataques digitais a sistemas nevrálgicos inimigos: vigiar inimigos internos (sistemas normativos levam indivíduos às prisões) e externos (atacar sistemas), segundo doutrinas de segurança nacional.

Outrossim, o ciberespaço, no qual, inclusive, fala-se em territórios digitais, é um novo lugar de disputa entre os Estados, tanto em sua dimensão material, tecnológica, a qual engloba as nuvens, os sistemas satelitários e as redes físicas de comunicação, quanto em sua dimensão psicossocial. Há, ainda, doutrinas de segurança nacional messiânicas e paranoicas que fomentam o medo e a confusão na população. Dessa forma, facilitam a aceitação de políticas agressivas contra os inimigos que foram inventados. Usadas internamente, tais doutrinas foram amplificadas pelo poder do uso dos sistemas de comunicação em tempo real e pelo uso das redes sociais para atacar inimigos externos e criar uma confusão permanente em suas hostes.

Essa confusão generalizada é o que hoje se denomina guerra híbrida, uma guerra permanente que utiliza todos os instrumentos à disposição, tanto os legais quanto, sobretudo, os ilegais e ilícitos. Essa estratégia de guerra contínua, sem o tempo da paz, esfumaça antigas fronteiras entre guerra e paz e tem como corolário a militarização de todos os âmbitos sociais, enfraquecendo a governabilidade civil. Nesse sentido, a guerra contra o terror, o crime organizado, as milícias e o narcotráfico não são feitos segundo os pilares do Estado westfaliano, em que as batalhas são travadas em campo aberto entre dois exércitos.

A geografia da guerra foi alterada, e a urbanização foi colocada no centro dos debates, tal como afirma Graham (2016). Os “incidentes de danos colaterais”, expressão militar utilizada para se referir aos mortos civis, onde há grandes aglomerações populacionais, resultam de um cálculo objetivo estabelecido em uma equação que incorporou a mais alta tecnologia de Inteligência Artificial. Posto isso, a guerra não seria o prolongamento temporal da política por outros meios, tal como afirmou Clausewitz (2014), mas uma companheira fiel dela.

Serres (2011) define a guerra como uma instituição de direito, visto que ele organiza a violência, enquanto o terrorismo, por exemplo, é definido como um conjunto de ações de não direito. Nesse caso, convém não confundir direito com justiça. Nas velhas guerras (para usar o termo de Mary Kaldor), era por meio do direito exercitado pelos diplomatas que o conflito podia ser declarado, que um armistício podia ser assinado, um tratado de paz, articulado e um cessar-fogo, negociado. Para tudo isso, era preciso uma diplomacia recíproca, portanto eram necessários Estados para fazer a guerra. Disso decorre a famosa expressão: o Estado faz a guerra, e a guerra faz o Estado. Nas novas guerras, esse sentido jurídico está ausente, e elas são renovadas sob o ângulo da competitividade, orientadas pelo neoliberalismo.

Consoante Dardot *et al.* (2021), neoliberalismo procede, desde as origens, de uma escolha fundadora: a escolha da guerra civil. Esta coloca os contendores fora da esfera do direito, do primado da lei como se exige para as guerras tradicionais, desencadeando uma guerra sem regras. Para Chauvancy (2022), a consequência da competitividade a todo custo, exigida pelo neoliberalismo, é que a alternância clássica entre guerra e paz foi substituída nesta contemporaneidade por um continuum de “competição-contestação-afrontamento”.

Uma das competições mais estudadas em geografia política é a disputa por fontes de **energia**, porque são recursos estratégicos (Monié; Binsztok, 2012). As disputas por fontes de energia são históricas, porém se acirraram desde a Revolução Industrial e marcaram o imperialismo. De fato, a energia é um fator de disputas econômicas, já que é um motor fundamental da economia global, bem como política pelo controle das regiões produtoras. Seu acesso e controle – em especial do petróleo em todo o século XX e neste início de século – estão ligados à mecanização e à motorização das forças armadas iniciadas com a Primeira Guerra Mundial.

O petróleo tem peso significativo nas operações militares. Calcula-se que a segunda grande guerra gastou 350 vezes mais petróleo que a primeira. Isso porque as frotas marinhas equipadas com navios movidos a carvão tornaram-se obsoletas na segunda guerra. Nesse ponto reside uma dimensão estratégica essencial, uma vez que a energia é um instrumento do poder, a tal ponto de o termo “geopolítica do petróleo” parecer tautológico.

Outras fontes concorrem para um alargamento do contexto, podendo-se, então, falar de uma “geopolítica energética”, pois a energia nuclear tem papel fundamental no equilíbrio de poder mundial. Neste início de século, as terras raras e o lítio passaram a fazer parte do léxico geopolítico e são cruciais em um contexto de crítica da transição energética (Bonneuil; Fressoz, 2024; Fressoz, 2024). A lente geopolítica foi treinada para analisar as disputas por regiões do mundo ricas em recursos e também pontos de estrangulamento das redes de distribuição, sobretudo do petróleo. Isso porque o controle dos fluxos implica considerar os pontos de oferta e os pontos ou manchas de consumo (Blondeel, *et al.* 2021).

Durante o século XX, após o choque do petróleo de 1973, a ênfase da geopolítica energética recaiu sobre a escassez de petróleo. Todavia, hoje a situação geográfica é outra, dado que se vive em um mundo de abundância de combustíveis fósseis. Nesse cenário, a descoberta do pré-sal teve papel significativo para uma nova geopolítica. No entanto, o principal desafio (Cataia; Duarte, 2022) é diminuir o seu consumo, que não está sendo reduzido, com a implantação de novas tecnologias energéticas de baixo carbono e eficiência energética. Crescem, portanto, os estudos sobre a geopolítica energética voltada para as energias renováveis.

Contudo, vale lembrar que as energias renováveis não existem sem seus sistemas técnicos, mesmo as chamadas de inesgotáveis do sol e do vento. Não são renováveis se considerado que, entre os raios do Sol e um carro elétrico em funcionamento, há complexos componentes técnicos nada renováveis. Assim, as infraestruturas têm papel de destaque nessa geopolítica, como gasodutos internacionais que obedecem a trajetórias geopolíticas. Da mesma maneira que a materialidade condiciona a geopolítica, o controle sobre todos esses sistemas deve sua existência a complexos sistemas informacionais. Por isso, Milton Santos (1996) assevera que a energia do período é a informação.

Para Bucci (2021), a **informação** é o novo petróleo do século XXI e, de acordo com Visacro (2018), a revolução da informação tornou antiquada e ineficaz a compreensão da guerra segundo a dinâmica das sociedades industriais. A guerra da informação designa, sob a égide do período técnico-científico e informacional (Santos, 1996), a potência de difundir opiniões favoráveis aos objetivos planejados e enfraquecer com contrainformações (*fake news*, *deep fake*) a capacidade de resiliência do adversário. Cada vez mais, as armas são tributárias da informação para transformar o contexto, dar-lhe forma e influenciar decisões e opiniões (Boulanger, 2014).

São pelo menos três os focos analíticos da infoesfera ligada à guerra, a saber: a) os sistemas técnicos envolvidos nas redes de telecomunicações, desde os sistemas satelitários até os *smartphones* (usados para o controle dos novos objetos técnicos da guerra, como robôs e drones); b) os sistemas técnicos invasivos espões, como a biometria de reconhecimento facial, íris, voz, passos, impressão digital e busca a distância de alvos suspeitos. A geopolítica da informação é, pois, um campo dominado pela tecnofilia, projetando-se a estratégia de vigilância permanente pela conexão planetária de sistemas inteligentes, acelerados pela Inteligência Artificial, com a pretensão de uma *administração digital do mundo* (Sadin, 2018; 2018a). Nesse sentido, as guerras e os conflitos por vigilância estão mergulhados no *meio técnico-científico e informacional* (Santos, 1996), formado pela irredutibilidade entre tecnoesfera e psicoesfera; e, c) por fim, mas sem esgotar o foco, está o controle das informações que circulam nos meios de comunicação e nas redes sociais, um campo da propaganda de guerra.

Em tempos de mentiras, anglicizadas pelas *fake news*, é preciso retomar a *sociedade do espetáculo*, de Debord (1997), para lembrar um dos fundamentos da contemporaneidade que favorece a representação à coisa. O espetáculo é, ao mesmo tempo, resultado e projeto do modo de produção. Ele não é um adereço, é o coração da irrealidade de uma sociedade real, sob a forma particular da **propaganda**, publicidade ou outras formas particulares de informação. A propaganda é uma força poderosa que serve, na geopolítica, por meio de “guerras de informação”, para destruir concepções estabelecidas e propor novas visões de mundo e de organização social.

Em geopolítica, a tarefa da propaganda é encontrar um inimigo, mas um inimigo existencial, que precisa ser destruído porque ele existe para destruir. Em síntese, a guerra não é travada entre inimigos, é a guerra que cria o inimigo. Não existe guerra sem propaganda. As redes sociais amplificaram e redimensionaram o papel que a televisão e, sobretudo, o rádio tiveram na disseminação do ódio e da perseguição ao “inimigo”. De fato, as redes são um meio poderoso de difusão do ódio, edulcorado sob as *fake news*, a exemplo da justificativa para a invasão do Iraque, em que se alegou que o país possuía “armas de destruição em massa”, nunca encontradas, prontas para serem usadas contra o mundo ocidental livre e democrático, e apoiado na Inteligência Artificial, caso das *deepfakes*.

Outrossim, em geopolítica, criam-se inimigos como forma de mobilização e aglutinação social. O intuito é gerar uma tensão, a tal ponto de estes sentimentos, esses afetos, levarem os grupos a buscarem canais de alívio – sempre conservadores, porque querem voltar ao status anterior de “paz” –, perseguindo opositores ou delegando ao Estado, por meio de seu aparato policial/militar, a tarefa de reordenar o mundo. As abordagens da *geopolítica crítica* (Sharp, 2020) têm-se centrado nas formas como seus argumentos criam respostas emocionais nos sujeitos, encorajando-os não só a acreditarem em determinadas representações do mundo, mas, em alguns casos, a tornarem-se agentes ativos de transformação do seu mundo.

Para Streeck (2024), “a propaganda é tão importante para o sucesso de uma guerra como os armamentos e, portanto, absorve investimentos financeiros e políticos igualmente extensos”. Rosa Luxemburgo, que insistiu na estrutura política do capitalismo, acrescenta que este “é o primeiro sistema econômico munido da arma da propaganda, um sistema que tende a englobar o mundo inteiro e a varrer todas as outras economias, não tolerando nenhuma a seu lado” (in Mattelart, 1994, p. 221). Conforme lembra Federici (2022), a linguagem política de Marx ofereceu à história uma base material que se recusa a separar a economia da política.

É nesse sentido que o **neoliberalismo** precisa ser considerado não apenas uma construção econômica, mas um período estruturado pela competitividade, palavra-chave de conflitos e guerras, e um projeto normativo de dominação social. Esse projeto apresenta duas faces: por um lado, a violência (Dardot et al. 2021) e, por outro, a governamentalidade (Dardot; Laval, 2016), referida a uma forma de condução social. Ela foi difundida por todos os âmbitos da sociedade, inclusive no nível dos indivíduos, que externalizam e praticam em seus atos de trabalho princípios que os subalternizam moral e financeiramente. Dessa forma, demonstram uma subjetividade contábil, na qual os “empreendedores de si mesmos” competem entre si.

Compreender (geo)politicamente o neoliberalismo pressupõe entender sua natureza, ao mesmo tempo sistêmica, normativa, global, como um verdadeiro globalitarismo (Santos, 2001) antidemocrático, mas também a dimensão nacional, territorial, em que ele se efetiva. Como a concretização do modo de produção ocorre nas formações socioespaciais (Santos, 1977), o princípio geral da concorrência neoliberal toma formas distintas, segundo os projetos políticos e sociais de cada país.

Há influências recíprocas entre forças e poderes nacionais e globais: oligarquias burocráticas e políticas, grandes empresas produtivas e financeiras e grandes organismos internacionais formam uma coalisão de poderes concretos que exercem não apenas funções econômicas, mas também políticas, que mutilam a soberania nacional, especialmente a soberania popular.

Por isso, as análises em geografia política e geopolítica estariam incompletas sem as referências à **erosão do Poder**. O poder não é referido ao exercício de posições hierárquicas que autorizam e legitimam as tomadas de decisões, mas ele existe nas relações (Foucault, 2014). Portanto, Raffestin (1993) distingue analiticamente o poder com “P” maiúsculo e o poder com “p” minúsculo. Este último localiza-se fora das instituições do Poder, nomeadamente o Estado, agente por excelência das análises geopolíticas. Assim, para o *establishment* geopolítico, onde não há um Estado, é preciso que um seja criado para colocar a desordem em ordem.

Tal como Foucault (2008; 2014) entende, o poder encontra-se nas relações, desde os micropoderes até o poder institucionalizado em grandes organismos. As relações, desiguais e assimétricas, localizadas em um dado lugar e em um dado tempo, definem os poderes, no plural. A título de exemplo, diz-se que as forças armadas e as polícias possuem Poder e que sindicatos e movimentos sociais têm

poder. Condutas e contracondutas estão vinculadas a princípios democráticos – ainda que regimes nacionais nos quais as lutas são travadas possam não ser democráticos –, pois referem-se às pessoas que se autogovernam, que acreditam na legitimidade de suas ações para agirem como agem.

Destarte, as insurreições possuem outro estatuto, no qual as normas regem, organizam e regulam o funcionamento do poder, colocado o objetivo de que o Poder deve ser feito. No entanto, a corrosão do poder também pode se referir às disputas travadas na escala internacional contra a hegemonia do Norte global.

Nas humanidades em geral, em especial na geografia política, observa-se e analisa-se que o Poder vem sendo confrontado – daí a referência à corrosão – em muitas frentes de luta. Nesse sentido, ressaltam-se os movimentos contra o patriarcado (Segato, 2016), as geografias do pós-colonialismo (Sharp, 2009), a geopolítica feminista (Dowler; Sharp, 2001), a geopolítica crítica, subalterna e meridionalista (Geoforum, 2011; Agnew, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Sharp, 2020; Martin; Araujo, 2023), a interrogação endereçada à violência (Butler, 2011; Dorlin, 2020) e, com a globalização iniciada nos anos 1980, os movimentos antissistêmicos (Smith, 1996; Zibechi, 2022; Dardot, 2024). Nesse contexto, destaca-se o caso do território indígena Raposa Serra do Sol, o qual foi um afrontamento da soberania popular à geopolítica e à soberania do Estado. Para usar uma expressão de Graham (2016), trata-se de “constrangeografias” mobilizadas para desafiar e interromper circuitos e lógicas da dominação.

Conclusão

A renovação dos estudos políticos em geografia avançou a partir dos anos 1970. Esse foi um momento de inflexão na ordem mundial, com a crise generalizada que decorreu do modelo “virtuoso” do crescimento fordista, colocando limites endógenos ao crescimento econômico e com uma baixa sensível nas taxas de lucros das empresas.

Dois choques do petróleo (1973 e 1979) vieram se juntar a esse contexto para definir o que Dardot e Laval (2016) chamaram de *sistema disciplinar mundial*, que representou, nos anos 1980, o desfecho de um processo de experimentações de dispositivos disciplinares polidos ao longo dos anos. Acrescente-se que, na periferia, no Sul global, esta lapidação tem origem secular colonial e escravocrata. Tal sistema disciplinar pode ser descrito como um conjunto de técnicas de estruturação dos campos de ação que diferem conforme as diversas situações geográficas (Cataia; Ribeiro, 2015).

Cada situação nunca resulta de um poder apenas coercitivo, mas ele acompanha e orienta volições coletivas, participando delas para agir sobre imaginários, reforçando desejos (pela recompensa), enfraquecendo-os (pela punição) e desviando-os (pela substituição de objetos): essa é a lógica da estratégia disciplinar neoliberal dominante.

O fim da guerra fria, que não encerrou rivalidades entre as duas superpotências, a ascensão de outras potências a disputarem a ordem mundial – ou “desordem”, como afirma Wallerstein (2010) –, como China e Índia, e as novas configurações de entes regionais redesenharam o mapa-múndi geopolítico. Outras variáveis não podem ser ignoradas, como a descoberta do pré-sal, que transformou a geopolítica do petróleo neste início de século, e a chamada transição energética, a qual colocou em cena novas regiões produtoras de energia e/ou produtoras de fontes primárias de energia.

As novas tecnologias da comunicação e da informação, aliadas à teleinformática e à Inteligência Artificial, a que muitos autores chamam de revolução tecnológica, propuseram outras formas de circulação da informação e da comunicação – com o advento da convergência dos momentos. Utilizou-se a globalização para designar essas transformações espaciais, econômicas e políticas que envolveram o mundo e que tiveram como corolário a exigência das grandes potências econômicas e estatais de abertura das fronteiras políticas. Tal ideário afirmava que a abertura das fronteiras tinha como fundamento a livre circulação e a fluidez de ideias em um mundo de liberdades.

Contudo, do ponto de vista social, as fronteiras nunca foram tão fechadas e muradas para imigrantes. Estes são permanentemente vigiados, e as práticas repressivas e de guerra civil para o controle populacional praticadas pelas potências nas antigas colônias teve um *efeito bumerangue* (Foucault, 2005), sendo usadas também no Norte global. Para Mbembe (2021), uma das contradições da ordem liberal, atualizada pelo neoliberalismo, foi a tensão entre liberdade e segurança, e essa questão foi resolvida em favor da segurança. Contra os *sistemas disciplinares*, tornados globalizados, são redesenhadas novas formas de combate que não podem ser apreendidas por velhas categorias estadocêntricas, as quais, todavia, ainda persistem.

Em âmbito metodológico, o desafio colocado ao curso de geografia política é captar velhas formas que permanecem, ao passo que novas arquiteturas começam a despontar em um campo de forças em permanente disputa.

Bibliografia

- AGNEW, John. The origins of critical geopolitics. In *The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics* (by Merje Kuus, Edited Klaus Dodds). London: Routledge, 2013, p. 1-27.
- AGNEW, John. *Geopolítica. Una re-visión de la política mundial*. Madrid: Trama Editorial, 2005 (1ª Ed. 1998).
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. *Guerras e capital*. São Paulo: Editora Ubu, 2021.
- BADIE, Bertrand. Conférence de Bertrand Badie à l'IEA de Nantes, le 22 mars 2016. Disponível em: <https://major-prepa.com/geopolitique/nouvelles-conflictualite-bertrand-badie/>. Acessado em: junho, 2024.
- BADIE, Bertrand. *Um mundo sem soberania. Os Estados entre o artifício e a responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BAKIS, Henry. *Geopolitique de l'information*. Paris: PUF, 1987.
- BAKIS, Henry. Défense et technologie digitale. Compte rendu de la cyberdéfense. Politique de l'espace numérique. *Netcom* [em ligne], 37-3/4, 2023.
- BECKER, Bertha. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 50, nº2, número especial, 1988, p.99-125.
- BJÖRK, Ragnar; LUNDÉN, Thomas. Territory, State and nation: *The Geopolitics of Rudolf Kjellén*. Berghahn Books, 2021.
- BLONDEEL, Mathieu; BRADSAHW, Michael J.; Bridge, Gavin; Kuzemko, Caroline. The geopolitics of energy system transformation: a review. *Geography Compass*, June 2021.
- BONNEUIL, Christophe; FRESSOZ, Jean-Baptiste. *O acontecimento antropoceno. A Terra, a história e nós*. São Paulo: Quina Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 2024.
- BOULANGER, Philippe. *Géopolitique des médias. Acteurs, rivalités et conflits*. Paris: Armand Colin, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- BROWN, Wendy. *Estados murados. Soberania em declínio*. São Paulo: Kazimira Editorial, 2023.
- BUCCI, Eugênio. *A superindústria do imaginário. Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BUTLER, Judith. Vida precária. *Contemporânea*, nº 1, 2011, p. 13-33.
- CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: território, escala de análise e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CATAIA, Márcio. *Fronteiras. Territórios em conflito. Revista Geografia em Questão*, Vol. 3, nº 1, 2000.
- CATAIA, Márcio; RIBEIRO, Luís Henrique Leandro. Análise de situações geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em geografia. *Revista da Angepe*, Vol. 11, nº 15, 2015.
- CATAIA, Márcio; DUARTE, Luciano Pereira. Território e energia: crítica da transição energética. *Revista da Anpege*, Vol. 18, nº 26, 2022.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2014.
- COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica: discurso sobre o território e o poder. São Paulo: Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- DALBY, Simon. American security discourse: the persistence of geopolitics. *Political Geography Quarterly* 9, 1990, 171-88
- DARDOT, Pierre. *A memória do future*. Chile 2019-2022. Campinas: Editora da Unicamp, 2024.
- DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÉTRE, Pierre. *A escolha da guerra civil*. São Paulo: Elefante, 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Dominer. Enquête sur la souveraineté de l'État em Occident*. Paris: La Découverte, 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DORLIN, E. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. São Paulo: Crocodilo/Ubu Editoras, 2020.
- DOWLER, Lorraine; SHARP, Joanne. A feminist geopolitics? *Space and Polity*, volume 5, 2001, p. 165-176.
- DUNLAP JR., Charles. Law and military interventions: preserving humanitarian values in 21st conflicts. Paper prepared for the Humanitarian Challenges in Military Intervention Conference. *Carr Center for Human Rights Policy Kennedy School of Government*, Harvard University Washington, D.C., November 29, 2001.
- FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo. Feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- FOUCAULT, Michel. *Las redes del poder*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.
- FOUCHER, Michel. *Fronts et frontières*. Un tour du monde géopolitique. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1988.
- FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A escola geopolítica brasileira*. Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.
- FRESSOZ, Jean-Baptiste. *Sans transition*. Une nouvelle histoire de l'énergie. Paris: Editions du Seuil, 2024.
- GEOFORUM. Special issue on subaltern geopolitics. *Elsevier*, Volume 42, 2011.
- GOTTMANN, Jean. *La politique des Etats et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
- GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas*. O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HOFFMAN, Frank G. Conflict in the 21st century: the rise of hybrid wars. *Potomac Institute for Policy Studies*. Arlington, Virginia, December 2007.
- KALDOR, Mary. *New and old wars*. Organised violence in a global era. Cambridge: Polity Press, 2012.
- LACOSTE, Yves. *Geopolítica*. La larga historia del presente. Madrid: Editorial Síntesis, 2008.
- LEINER, Piero. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida*: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva antropológica. São Paulo: Ed. Alameda, 2020.
- MARTIN, André; ARAÚJO, Izan Reis de. Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a conscientização geopolítica dos "povos sem história". In Azevedo, Daniel A. de; Nogueira, Ricardo (orgs.). *Geografia política: base conceitual e diversidade temática*. Volume: 1. Brasília: Selo Caliandra, 2023.
- MATTELART, Armand. *A invenção da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- MBEMBE, Achille. *Politiques de l'inimitié*. Paris: La découverte, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: Edições n-1, 2021.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. *La frontera como método*. Buenos Aires: Tinta Limon, 2016 (1^a Ed. 2013).
- MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (orgs.). *Geografia e geopolítica do petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013.
- Ó TUATHAIL, Géaroid. The language and nature of the "new geopolitics" – the case of US-El Salvador relations. *Political Geography Quarterly*, 5, 1986, p. 73-85.
- PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A dimensão geopolítica da crise brasileira: uma perspectiva desde os grupos sociais em situação de subalternização. *Revista GEOgraphia*, ano 18, nº 37, 2016, p. 9-34.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, Friedrich. *Géographie Politique*. Editions regionales europeennes, 1988 (1^a Ed. 1897).
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. In Buenos Aires, OSAL: *Observatório Social de América Latina*, CLACSO, Ano 6, no. 16, 2005.
- SADIN, Éric. *La humanidad aumentada*. La administración digital del mundo. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.
- SADIN, Éric. *L'intelligence artificielle ou l'enjeu du siècle*. Anatomie d'un antihumanisme radical. Paris: Éditions Échappée, 2018a.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In Santos, Milton; Souza, Maria Adélia; Silveira, Maria Laura (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, junho, 1977, pp. 81-100.
- SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.
- SERRES, Michel. *A guerra mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- SHARP, Joanne. *Geographies of postcolonialism: spaces of power and representation*. Sage Publications Ltd, 2009.
- SHARP, Joanne. Critical geopolitics. *International Encyclopedia of Human Geography*, 2nd edition, Volume 3, Elsevier, 2020.
- SMITH, Graham. Teoria política e geografia humana. In Gregory, Derek; Martin, Ron; Smith, Graham (orgs.). *Geografia humana*. Sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p. 65-89.
- SPYKMAN, Nicholas John. *A Geografia da Paz*. São Paulo: Hucitec, 2020.
- STREECK, Wolfgang. O que nos separa de um novo conflito global. *Sítio Outras Palavras*, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/o-que-nos-separa-de-um-novo-conflito-global/>. Acessado em: junho de 2024.
- VISACRO, Alessandro. *A guerra na Era da Informação*. São Paulo: Contexto, 2018.

- WALLERSTIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. In: Santos, Theotonio (Coord.). *Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola; PUC Rio; REGEN, 2010.
- WEBER, Max. *Ciência e política*. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1981.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- ZIBECHI, Raul. *Territórios em rebeldia*. São Paulo: Elefante, 2022.

Methodological notes from a Political Geography course

The methodological notes are presented in the form of a set of themes for a political geography course aimed at undergraduate geography students. Running through the text is the organizing axis of the discipline, which refers to conflicts and wars. The theoretical links between space and politics play an important role, and in order to develop them, the course is organized around ten reflective axes, some of which are more conceptual, while others are more narrative and, incorporated from other fields of knowledge, speak the language of various sciences. In methodological terms, the challenge for the political geography course is to capture the old state-centered forms that remain, while new architectures of power are beginning to emerge in a field of forces in permanent dispute.

KEYWORDS: political geography, geopolitics, space, power.

Notas metodológicas de un curso de Geografía Política

Las notas metodológicas se presentan en forma de un conjunto de temas para un curso de geografía política dirigido a estudiantes universitarios de geografía. El texto está atravesado por el eje organizador del curso, que se refiere a los conflictos y las guerras. Los vínculos teóricos entre espacio y política desempeñan un papel importante y, para desarrollarlos, el curso se organiza en torno a diez ejes de reflexión, algunos más conceptuales y otros más narrativos que, incorporados de otros campos del saber, hablan el lenguaje de varias ciencias. Metodológicamente, el desafío planteado al curso de geografía política es captar las viejas formas estadocéntricas que no nos han abandonado y, al mismo tiempo, las nuevas arquitecturas de poder que comienzan a emerger en un campo de fuerzas en permanente disputa.

PALABRAS CLAVE: geografía política, geopolítica, espacio, poder.

Artigo recebido em junho de 2024. Aprovado em julho de 2024.